

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

GIOVANNA DOS SANTOS MACEDO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA**

**BRASÍLIA
2018**

GIOVANNA DOS SANTOS MACEDO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA**

ORIENTADOR: PROF. DR. TERRIE RALPH GROTH

Monografia apresentada para a conclusão
do Curso de Graduação de Bacharelado
em Ciência Política pela Universidade de
Brasília.

**BRASÍLIA
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha fonte diária de inspiração, por toda força concedida a mim ao longo da minha jornada acadêmica e por sempre ser o meu maior porto seguro nos momentos de dúvida e angústia. A fé que tenho nEle sempre alimentou meu foco e disciplina.

À minha família, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e conquistas. Que me proporciona um enorme sentimento de amor e segurança, aos quais sempre pude recorrer.

Agradeço por todo o apoio recebido pelo meu orientador, Prof. Terrie Ralph Groth, e pelo excelente trabalho como coordenador do projeto Política na Escola. O projeto me trouxe incríveis experiências enquanto estudante de Ciência Política, servindo de inspiração para o tema deste trabalho.

Sou grata aos meus amigos da Universidade de Brasília, pela agradável companhia durante a vida acadêmica e pelas memórias compartilhadas. Por fim, agradeço aos meus amigos de fora da universidade, pelo imenso apoio moral e companheirismo em todos os momentos.

SUMÁRIO

Introdução	5
1. A educação política no Brasil	7
1.1 Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.....	13
1.2 Datas do calendário escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal representadas por leis.....	14
1.3 Catálogo de Programas e Projetos 2018 – SUBEB.....	15
1.4 Programa Escola Sem Partido.....	19
2. As pesquisas de campo	24
2.1 As escolas.....	25
2.2 O questionário.....	26
2.3 Análise e interpretação dos dados coletados.....	28
2.4 Resultados nas escolas públicas.....	28
2.5 Resultados nas escolas particulares.....	32
2.6 Análise comparada.....	36
3. Alguns projetos educacionais voltados à política	39
3.1 “Quem Manda Aqui?” – livro.....	40
3.2 Turminha do MPF – site interativo.....	41
3.3 “Política sem Mistérios” e “E eu c/ isso?” – canais no YouTube.....	43
3.4 SiNUS – Simulação das Nações Unidas para Secundaristas.....	44
3.5 Câmara Mirim – programa de simulação parlamentar.....	45
3.6 Política na Escola.....	46
Conclusão	49
Referências Bibliográficas	51

Introdução

A seguinte monografia visa, pela possibilidade de integração entre as áreas de conhecimento da Política e da Educação, estudar a importância e as implicações do processo de educação política na sociedade civil brasileira. O enfoque do trabalho consiste na aplicabilidade do ensino de aspectos de viés político, em específico, à população jovem do país.

O primeiro capítulo se inicia pela visualização do panorama político a nível nacional, tendo em vista algumas problemáticas e consequências manifestadas por indivíduos que não usufruem dos benefícios da educação política. Atenta-se ao valor da participação política, não apenas para os adultos, mas principalmente para as crianças e adolescentes, frisando a existência de outros canais além do eleitoral, em que essa participação torna-se possível. Posteriormente, é feita uma breve investigação das influências que o cenário de eleições causa no grau de interesse político e no sentimento de representatividade dos cidadãos, com um enfoque especial para o ano da realização desta monografia, em meio à disputa eleitoral que ocorreu no segundo semestre de 2018.

O trabalho passa a evidenciar um estudo de caráter distrital, a partir da compreensão das inferências da educação política na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal: a presença da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na vida escolar e a disponibilidade de alguns programas e projetos difundidos por ela, estes como mecanismos efetivos da implementação da educação política nas instituições de ensino e fundamentais para o crescimento do jovem como agente político. Por fim, é realizada uma análise a respeito do movimento Escola Sem Partido e alguns projetos de lei inspirados por este, com o estudo de suas propostas e consequentes críticas.

O segundo capítulo é reservado para a exposição da uma pesquisa exploratória realizada pela autora da monografia. O objetivo da pesquisa foi a obtenção de informações sobre o andamento do ensino da política em escolas particulares e públicas de Brasília, Distrito Federal. Isso foi feito através de uma conversa presencial em formato de entrevista, entre a autora e educadores das instituições escolares participantes. Foi aplicado um questionário oralmente, construído pela autora, estruturado por seis perguntas simples. Ao todo, participaram treze escolas, onde cinco eram de natureza pública e, por conseguinte, oito eram de natureza particular.

Este capítulo revela a análise dos dados coletados em cada pesquisa de campo, englobando as respostas das escolas particulares em determinado tópico, e as respostas das escolas públicas em outro. A etapa final compõe-se no processo de análise comparada entre os dados adquiridos em sua totalidade, contrastando a realidade da educação política nas instituições particulares e públicas. A pesquisa exploratória traduz-se em uma espécie de pesquisa de opinião dos indivíduos entrevistados, com base no seu dia-a-dia no ambiente de trabalho e o que observa no mesmo.

O terceiro capítulo, por último, é destinado a estudar sete projetos educacionais que existem como bons exemplos de instrumentos de estudo da política, à disposição das crianças e adolescentes do Brasil ou, especificamente, do Distrito Federal: um livro, um site interativo, dois canais da plataforma YouTube, duas simulações de comportamento político e um projeto de extensão universitária. Possuem formatos diferentes, justamente para dar enfoque à amplitude de recursos distintos que cumprem o papel de serem elementos que compõem a educação política.

1 A educação política no Brasil

Quando fala-se de política, é comum observar que a primeira coisa que vem à cabeça de muitos brasileiros é algo geralmente negativo, associado talvez à corrupção ou a algum escândalo no qual um político está envolvido. Quem não estuda ou trabalha com política, mantém contato com a mesma principalmente – e muitas vezes somente – através de meios de comunicação disponíveis e de fácil acesso, como jornais, revistas, noticiários na televisão ou sites na internet. Mais comum ainda é reparar que a busca por informação política é, na maioria dos casos, manifestada pela porção mais adulta da população. Argumentos recorrentes de que a criança e o adolescente não são atraídos pelo assunto, nem dispõem de incentivos para que assim o façam, convergem em um problema grave e foram incorporados ao discurso da alienação política. A educação política deve ser atribuição de todos os membros da sociedade civil e democrática, da mesma forma que deve ser incentivada à parcela jovem desta.

Em primeiro lugar, é primordial a desconstrução da concepção negativa de política que muitos indivíduos evidenciam. Essa tendência se dá em meio a insatisfações resultantes de algum aspecto da conjuntura político-econômica brasileira, seja a falta de honestidade dos agentes políticos (aumentando o desprestígio destes perante a comunidade), seja uma crise econômica, seja a falta do sentimento de representatividade/identificação na relação cidadão-político. Os motivos para essa concepção negativa são diversos onde, durante um diálogo com quem quer que seja sobre o tema, sempre aparece algum descontentamento para se reclamar. Todavia, a política vai muito além de um ato corrupto, de escândalos no noticiário ou de promessas não cumpridas ao longo de um mandato. Ela abrange as mais variadas facetas da sociedade, estando presente em situações que muitas pessoas nem mesmo percebem. Desde a relação com o outro (conduta social) à escolha de representantes via voto, a política faz parte do cotidiano do cidadão brasileiro a todo o momento.

Em segundo lugar, é necessário que todos os indivíduos, independentemente da idade, classe, gênero, raça, religião ou orientação sexual busquem informar-se para não permanecerem alheios às especificidades que permeiam a política. A problemática da alienação consiste na aceitação e permanência naquele estado de condição onde o indivíduo não se mobiliza para preocupar-se com questões sociais.

O alienado político se recusa a participar da vida política e, lamentavelmente, o Brasil está cheio deles. A educação entra em face a esse conflito para, então, transformar o estado alienante em participante ativo, consciente e responsável, tal como fazer despertar o senso de justiça. Algo semelhante já havia sido idealizado por uma série de pensadores e filósofos, incluindo os contratualistas¹: Jean-Jacques Rousseau (1762) afirmava que o homem é naturalmente inocente e bom por natureza e que, quando passa a compor a sociedade organizada – conquista mediante o contrato social – prevalece a soberania política da vontade coletiva, a igualdade entre os homens no exercício justo da tomada de decisões por todos, a partir da vontade geral incontestável e de um corpo político liberal.

A politização não é alcançável apenas àqueles que podem exercer compromisso na participação da vida política por intermédio do voto. Os que ainda não possuem idade para votar não podem ser deixados de lado ou excluídos, em hipótese alguma, do usufruto da educação política. Muito pelo contrário. As crianças e os adolescentes são os futuros cidadãos da nação, em fase de desenvolvimento e aprendizado, e são possuidores de uma excelente capacidade de absorção de conhecimento. Nesse cenário, a política como segmento consolidado na educação à criança e ao adolescente é aspecto elementar para o crescimento de um indivíduo informado e preparado para a fase da vida adulta.

A premissa de que o nível de maturidade dos pequenos é um obstáculo para que entendam a temática em questão pode ser equivocada. A política começa a ser compreendida a partir de coisas simples, por mais que possa abranger também situações complexas demais para uma criança. Não obstante, esta é perfeitamente capaz de entender que vive em uma comunidade e deve se portar em meio a regras de convivência, da mesma maneira que possui direitos que devem ser respeitados pelas outras pessoas. Também é capaz de utilizar sua capacidade de escolha para votar no coleguinha de turma para ser ajudante da professora ou líder de classe. E quando vê, já está exercendo política.

O ensino desta logo nas primeiras fases da vida é o meio mais efetivo de se combater a alienação e a mentalidade iludida de que os pequenos não podem se interessar ou fazer política. No Brasil, incentivos e recursos não faltam para que isso

¹ Os filósofos contratualistas estudavam e acreditavam que os homens firmavam um contrato social, passando a viver em sociedade organizada. Os mais famosos e influentes foram Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

ocorra. O que falta, quem sabe, é uma maior divulgação ou propaganda desses incentivos. Esta monografia focalizou-se bastante em um recurso específico que é considerado efetivo na difusão de conhecimento (político e não-político): os programas e projetos à disposição da população estudantil. Diversas instituições políticas e instituições educacionais (públicas e particulares) trabalham individualmente ou em conjunto para oferecer essas atividades à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o país. Os programas e projetos abarcam inúmeras temáticas e dinamizam o processo de ensino-aprendizagem, em razão do caráter prático e produtivo intrínseco a eles. Quem participa de atividades do tipo, encara a possibilidade de explorar o conhecimento para além da teoria, o que é um excelente artifício de ensino para uma criança ou adolescente pois tende a conquistar a atenção e o interesse com facilidade.

O sujeito comum, vivendo em meio a um sistema democrático, participa direta ou indiretamente na elaboração, aplicação e cumprimento das leis, pode frequentar manifestações a favor ou contra algum político, dentre outras ações. Mas é sabido que a capacidade de votar é a principal atribuição do cidadão para que possa agir ativamente na política em seu país. O direito de escolha dos futuros representantes confere aos indivíduos um papel importantíssimo na tomada de decisões, direcionando o rumo que o país tomará em consequência dessa escolha. A Constituição da República Federativa do Brasil inclusive estende o direito do voto aos maiores de dezesseis anos e menores de dezoito, sendo, neste caso, facultativo. Não existe momento onde a educação política seja mais necessária, já que a decisão de um indivíduo não afeta e diz respeito apenas a ele, mas também a toda comunidade na qual está inserido. É preciso se informar e conhecer bem os candidatos, haja vista o panorama identitário e de representatividade.

É então no período eleitoral que o nível de interesse por política aparenta aumentar ou, no mais, tornar-se mais evidente. As eleições presidenciais despertam um período de agitação no Brasil e o tópico passa a tomar conta de conversas, da televisão, dos jornais e inclusive de diversas redes sociais na internet. O ano em que esta monografia foi produzida, em especial, consistiu em enormes conturbações políticas. Na pesquisa exploratória que foi realizada e que é explicada mais a frente, quase todos os educadores entrevistados afirmaram que o assunto “política” foi bem mais debatido em 2018 em relação a anos anteriores, principalmente a anos que não compreendem período eleitoral.

O ano de 2018 foi palco da disputa eleitoral entre os candidatos à Presidência da República, Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). O primeiro, como representante de ideologias de esquerda e, o segundo, de direita, competiram pela candidatura no segundo turno das eleições, ocorrido em 28 de outubro de 2018. O PT ascendeu ao poder em 2002, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo permanecido assim por vários anos. Os governos de Lula e Dilma Rousseff agradaram a uns, contudo, causaram enorme desagrado a outros em razão de atitudes corruptas e envolvimento em escândalos. Tendo em vista esse fator, muitos apoiadores de Jair Bolsonaro temiam pela volta do PT, o que seria realidade com a posse de Haddad. Assim, enxergavam em seu candidato alguém com chances reais de significar uma alternativa a esse contexto. Do outro lado, os apoiadores de Haddad evidenciavam uma aversão expressiva ao discurso moral de Bolsonaro, dentre outras discordâncias, que carrega simpatia pelo regime militar, defesa das práticas de tortura desse regime e comentários proferidos ao longo de sua carreira política que foram considerados por muitos como racistas, homofóbicos e misóginos.

As características do eleitorado em 2018 indicaram um crescimento de 3%, de acordo com as estatísticas do Cadastro Eleitoral divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em comparação com o pleito de 2014. Isso significa que foi alcançada a marca de 147,3 milhões de eleitores aptos a votar. Destes, 52,5% são mulheres (cerca de 77,3 milhões) e, conseqüentemente, 47,5% são homens (cerca de 69,7 milhões). O eleitorado brasileiro no exterior, em 2018, teve um aumento de 41,3% – totalizando cerca de 500 mil – em relação ao período eleitoral anterior, sendo Boston, Miami e Tóquio as cidades estrangeiras com o maior número de cidadãos brasileiros aptos a votar. Contudo, a quantidade de eleitores² de 16 e 17 anos, a exercício do voto facultativo, equivalia em 2014 a 23,22% do total populacional desta idade, mas em 2018 passou a equivaler a 21,58%. Enquanto os adolescentes nessa faixa etária representam por volta de 1% do eleitorado brasileiro, a faixa etária de adultos entre 45 e 59 anos representa 24,6% do mesmo, englobando o maior número de eleitores (35,7 milhões).

² Aqui estão sendo levados em consideração os eleitores que, de fato, votaram em 2018, e não a totalidade dos que são aptos a votar. Afinal, como o voto para essa faixa etária é facultativo, muitos optam por não tirar o título de eleitor.

O ambiente conturbado proveniente da corrida eleitoral Bolsonaro X Haddad foi caracterizado por uma enorme polarização política. Os motivos claros, já foram expostos mais acima. Como consequência, a falta de um sentimento de representatividade e identificação com ambos os candidatos perturbou cidadãos de todas as idades, fator determinante para a propagação da indecisão em massa. A população jovem de 16 e 17 anos, recém-chegada no ambiente de eleições, sofreu um impacto significativo em razão dessa indecisão: segundo notícia postada no site oficial Globo, o número de eleitores jovens mostrou declínio devido à desilusão com a política. A notícia exemplifica o fato com o depoimento de uma estudante de 17 anos que optou por não tirar o título de eleitora em 2018. Essa decisão foi tomada porque ela não se sentia preparada para votar. Por mais que tenha afirmado procurar se informar e conhecer todos os candidatos à Presidência, percebeu que nenhum deles atuava de acordo com as suas ideologias. A notícia, apesar disso, também apresenta o depoimento de um estudante de mesma idade que pensa diferente. Decidiu tirar seu título de eleitor pois admitiu considerar o peso e a importância de seu voto para o futuro do país.

No Distrito Federal, a situação não é diferente. Uma notícia do jornal El País realizou entrevista com um estudante de 19 anos, morador da favela Sol Nascente na região administrativa de Ceilândia, localizada a cerca de 35 quilômetros do centro de Brasília. O estudante representa a população jovem de sua comunidade que está lidando com as mazelas da desesperança política e que enxerga a anulação do voto como alternativa mais plausível em meio à falta de representatividade. Afirmou, durante a entrevista, que nunca se interessou por política e que apenas iria votar em face à obrigatoriedade do voto. Em sua opinião, lhe parece que os políticos “só aparecem a cada quatro anos e depois somem” e, em razão disso, as pessoas em sua comunidade preferem ocupar a mente com outras questões. A reportagem do jornal El País conversou com 19 jovens de 16 a 20 anos. Destes, apenas um tinha voto definido.

Apesar dessas problemáticas, a Justiça Federal é ciente da desmotivação de adolescentes para tirar o título de eleitor e elaborou medidas para incentivar esse ato político. Os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) organizam, anualmente e em conjunto, a Semana do Jovem Eleitor, embasada em atividades diversificadas e traduzidas em seminários, palestras em escolas, entre outras. O objetivo principal, como dito, é instigar o jovem a tirar seu título de eleitor. As primeiras informações e

atividades a respeito da Semana do Jovem Eleitor passaram a ser promovidas no site oficial do TSE a partir de 2013, ano em que também foi lançada a Campanha do Jovem Eleitor nas emissoras de rádio e TV, movida pelo tema “Eu me represento: eu voto” e pelo slogan “Vem pra urna”. “A campanha busca fortalecer a cidadania, estimulando a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, primeiramente por meio do voto consciente, em candidatos com a ficha limpa e, em seguida, com ações de fiscalização da atuação de seus representantes”. (TSE, 2013)

Já em 19 de outubro de 2017, o presidente vigente do TSE – hoje ex-presidente do TSE – ministro Gilmar Mendes, lançou o projeto #PartiuMudar – Educação Para a Cidadania Democrática no Ensino Médio. Este, originário da parceria entre a Justiça Eleitoral, o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (Unicef) e as Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs). Consiste basicamente em uma plataforma que oferece material exclusivo para impulsionar o aprendizado da cidadania, bem como a sua prática, por método auxiliador aos estudantes e educadores. Os segundos, possuidores de um papel fundamental na conscientização política dos primeiros. O #PartiuMudar sugere a utilização do material Guia do Professor: “Composto por textos-base expressivos, sugestões de abordagem em sala de aula e conceitos oportunos, o guia apresenta-se como material prático e profícuo para que o aluno seja assessorado transversal e interdisciplinarmente” (TSE, 2017).

Há vários anos, os projetos e outras ações voltados à população estudantil são criados e postos em prática por instituições governamentais e não-governamentais no Brasil. Enquanto uns buscam limitar-se a determinada região (distritais ou estaduais, por exemplo), outros exploram a abrangência nacional. Em meio ao combate à alienação, desesperança, falta de interesse e falta de incentivos políticos, são instrumentos educadores que se comprometem a atuar fora e, principalmente, dentro do ambiente escolar.

Não existe espaço mais adequado para se trabalhar a educação política do que a escola. O Ministério da Educação (MEC) divulgou, no início de 2018, o Censo Escolar da Educação Básica, pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), elaborada e aplicada anualmente para o monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil. Segundo a pesquisa, o país possui 184,1 mil escolas. Do total de colégios, 21,7% são particulares. Ademais, uma pesquisa realizada no fim de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que, do total de estudantes do ensino básico

em 2016, cerca de 73,5% frequentavam escola pública, enquanto 26,5% frequentavam escola particular. Os dados do IBGE assinalaram a presença de uma maioria estudantil em escolas públicas no ensino básico, enquanto no ensino superior, a situação se inverte, onde a maioria estudantil frequenta universidades da rede privada.

Isso indica que a rede pública brasileira de ensino é muito influente e, em face a uma enorme responsabilidade em educar a maior porção de alunos na infância e início da adolescência do país, pode contar com vínculos de filiação com as Secretarias de Educação. Estas, auxiliadoras nos cronogramas das instituições de ensino e promovedoras de variadas atividades que carregam natureza política. Para exemplificar esse quadro, a monografia passa a analisar as competências da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

1.1 Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF

As escolas públicas do DF geralmente são filiadas à SEEDF, baseando os seus métodos, materiais e planos de ensino em concordância com os objetivos estratégicos da Secretaria. Esta organização governamental possui a missão de “proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO)³. Assim, o serviço educacional oferecido às escolas da rede pública objetiva atuar em direção ao sucesso dessa missão, tendo influência direta no conteúdo transmitido em sala de aula graças ao vínculo de filiação entre escola e a SEEDF.

Como mencionado na parte introdutória desta monografia, ao longo de sua realização foi feita uma pesquisa exploratória. A mesma é explicada em detalhes mais adiante, entretanto, é importante já salientar aqui uma informação obtida por meio dela: alguns educadores que foram entrevistados percebem a ausência de um material didático específico para compor as aulas. Segundo eles, muitas instituições

³ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. A Secretaria. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/a-secretaria/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

educacionais públicas parecem não recorrer a livros com a frequência que fazem as instituições particulares. E este fato não necessariamente é negativo para o processo de ensino-aprendizagem, pois existe uma variedade de outros recursos para compor um material didático escolar.

Dessa forma, as escolas públicas ou conveniadas do Distrito Federal podem contar com os meios dispostos pela sua Secretaria de Estado de Educação para ajudar a compor as suas metodologias. Os programas e projetos da SEEDF são, nesse contexto, intensamente implementados no cronograma escolar da rede pública todos os anos.

1.2 Datas do calendário escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal representadas por leis

O Governo do Distrito Federal, em parceria com a SEEDF, atualiza anualmente o calendário⁴ fornecido às escolas membros da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, prezando pela permanência de datas especiais temáticas, referentes a ações de conscientização. Tais datas traduzem-se em forma de leis federais e distritais, cujo objetivo principal compreende a formação do estudante brasileiro como cidadão consciente, responsável e justo. A implementação dessas leis na rede pública do país possibilita um contato direto do estudante com questões políticas, muitas vezes, sem que ele nem perceba: uma rotina em sala de aula pautada em projetos para o crescimento/maturidade dos discentes como agentes políticos e sociais é competência das Secretarias Estaduais de Educação e é manifestada com a normatização de leis como as exemplificadas a seguir.

A Lei nº 12.633, de 14 de maio de 2012, que institui o Dia Nacional da Educação Ambiental no dia 3 de junho; A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino o tema “História e Cultura Afro-Brasileira” e, no calendário escolar, o Dia Nacional da Consciência Negra; A Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005, que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência; A Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009, que cria a Semana de Educação para a Vida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país.

⁴ O calendário anual vigente para o ano de 2019 já está à disposição no site da SEEDF, atualizado no dia 6 de novembro de 2018 – Portaria nº 365

Graças à Lei nº 12.633/2012, as instituições públicas de ensino se engajam em atividades informativas de preservação do meio ambiente e de conduta do indivíduo responsável e respeitoso à comunidade em que vive. As leis nº 10.639/2003 e 11.133/2005 promovem, no ambiente escolar, espaço para se trabalhar a exaltação da diversidade e a inclusão de pessoas negras e portadoras de deficiência, fortalecendo os laços da comunidade como um todo, onde todos são iguais perante a lei. Por fim, a Lei nº 11.988/2009 proporciona a transmissão de conhecimentos importantes evidenciados no seu Art. 2º: “ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.” (Lei nº 11.988, 27 de julho de 2009, Art. 2º).

1.3 Catálogo de Programas e Projetos 2018 - SUBEB

No site oficial da SEEDF, também consta um documento que lista mais projetos que são ofertados às escolas públicas do Distrito Federal, apresentado pela Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) e intitulado Catálogo de Programas e Projetos 2018⁵. Segundo o subsecretário de educação básica, Prof. Daniel Crepaldi, as atividades explicitadas de maneira breve no catálogo em questão “podem fortalecer a interlocução e a ação articulada entre escola, diversas instâncias gestoras do sistema público de ensino do DF e outras instituições governamentais e não-governamentais, conduzindo ao aprimoramento e aprofundamento de uma cultura colaborativa” (CREPALDI, 2018, pg. 9).

O documento categoriza as atividades em dimensões distintas, porém compromissadas em gerar interlocução entre disciplinas, como Protagonismo Estudantil; Arte, Cultura, Esporte e Movimento; Ciências, Tecnologia e Inovação; Empreendedorismo e Mundo do Trabalho, entre outros. Em meio ao grande número de projetos expostos, uma boa parcela pode ser compreendida como uma forma de manifestar atitudes políticas e promover conscientização política ao âmbito público

⁵ Abaixo das descrições de todos os programas e projetos do Catálogo, encontram-se informações sobre como participar, bem como endereços telefônicos, de e-mail ou sites para contato.

estudantil (abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), em razão dos objetivos de cada projeto.

O Programa Conhecendo o Parlamento, uma parceria entre a SEEDF e a Câmara Legislativa do distrito Federal, concede visitas guiadas à esta última e palestras informativas com Consultores Legislativos, objetivando ensinar sobre as funções da Câmara e o funcionalismo do Poder Legislativo e Parlamentar, essencial para a consolidação da democracia. Atuam em conjunto com este programa os projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão, que permitem aos alunos uma oportunidade de conhecer pessoalmente a instituição política, em face à promoção da cidadania e da inclusão dos mesmos no processo democrático. Os jovens do primeiro e segundo ano do ensino médio também podem desfrutar do Projeto Parlamento Juvenil do Mercosul (PJM), coordenado pelo Ministério da Educação. Um espaço de diálogo e integração regional dá voz aos estudantes para que fortaleçam a sua identidade coletiva através do aprendizado sobre o funcionamento do bloco Mercosul, os problemas da região e a busca em propor soluções para problemas comuns.

A SEEDF também oferece concursos diversos a estudantes, incluindo o Concurso de Redação do Senado Federal, que propicia espaço ao jovem para exercer o papel de um senador. Jovens de todo o Brasil são convidados a participar, onde os autores das melhores redações tornam-se integrantes do Projeto Jovem Senador. Segundo a notícia sobre o projeto no site da Secretaria, o concurso de redação existe desde 2011 e a somatória de todas as suas edições já contou com cerca de 1,5 bilhão de participantes (ROHRER, 2018).

A edição mais recente selecionou vinte e sete (27) estudantes mediante suas redações, cujo tema foi “A Constituição Cidadã 30 anos depois”. Cada um como representante de uma unidade da federação, compuseram o grupo de senadores na sessão sucedida em 20 de novembro de 2018. Participaram de cerimônia formal e juramento no Plenário, bem como a eleição da Mesa Jovem 2018: foi efetivada a votação simbólica dos cargos da Comissão Diretora do Senado Federal, ou seja, os jovens senadores simularam a eleição do Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes. A candidata⁶ concursada escolhida do Distrito Federal manifestou sua satisfação pela escolha do tema da redação, pela possibilidade de se conhecer mais sobre os direitos da Constituição e algumas leis que vigoram no Brasil.

⁶ Bianca Mingote, de Planaltina – DF e aluna do Centro Educacional Várzeas.

Uma série de outras atividades da SEEDF visam levar noções básicas de conhecimento social e político para as salas de aula, a exemplificar: Programa Cidadania e Justiça na Escola, em colaboração com a Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), cuja meta é aproximar as escolas do Poder Judiciário, pelo ensinamento de noções básicas de justiça, cidadania e direitos humanos; Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, em parceria com o Tribunal do Trabalho da 10ª Região, com o intuito de trabalhar em cima dos temas de “direito do trabalho, combate ao trabalho escravo e infantil, direitos do consumidor, direitos da criança e do adolescente, combate à violência, direito à educação de qualidade” (SUBEB, 2018, pg. 75); Programa MPT (Ministério Público do Trabalho) Na Escola, que propicia o debate sobre questões relativas aos direitos da criança e do adolescente e às barreiras culturais que dificultem a garantia dos mesmos; Projeto O Que Você Tem a Ver Com a Corrupção?, que conta com a cooperação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), cujos integrantes organizam palestras nas instituições públicas de ensino para sensibilizar os discentes sobre a relevância de se agir por princípios da ética e transparência nas relações humanas, dispondo espécie de combate à corrupção.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) também mantém uma relação de parceria com a SEEDF, pela instituição do Programa Políticos do Futuro à rede pública e privada. As ações realizadas conferem aos participantes a vivência de um contexto de eleições para a composição de grêmios estudantis nas escolas. As atividades englobam o processo eleitoral como um todo de forma satisfatória, a partir da formação de chapas, organização e execução de propaganda eleitoral, composição da mesa eleitoral e a fase de votação e apuração. O programa viabiliza, para o jovem, a vivência de perto desse procedimento democrático, dignificando a importância da formação de lideranças e de sistemas de representatividade. Ainda mais, promove assessoria às unidades escolares para que acompanhem o andamento dos grêmios estudantis eleitos, incentivando a concretização dos objetivos expostos por eles em suas respectivas campanhas.

Outro programa originário da parceria firmada entre SEEDF e TRE carrega o nome de Eleitor do Futuro. Ao contrário do anterior, destinado ao Ensino médio, este destina-se ao Ensino Fundamental. Porém, possui propósitos semelhantes como a conscientização da importância do exercício de votar – pela utilização de um título de

eleitor fictício e urna eletrônica – e a compreensão de aspectos de cidadania, ética e processo eleitoral. O participante do Eleitor do futuro mobiliza-se para formar um partido político e elaborar campanhas eleitorais, oportunizando debates sobre políticas públicas de relevância social. Os partidos políticos vencedores inclusive têm direito a uma cerimônia de diplomação no próprio TRE.

A Educação Infantil é, da mesma forma, contemplada pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF, em sua busca por evidenciar a magnitude do direito do voto. O Programa Inclusão Social Desde a Infância também planeja o exercício de eleição aos seus participantes, entretanto, isso é feito por uma metodologia lúdica, tendo em mente o grau de maturidade dos pequenos. A ação possui notório caráter cultural, já que associa personagens do folclore brasileiro com temas sociais da contemporaneidade. Ou seja, os candidatos que serão eleitos pelos alunos nada mais são do que personagens do folclore, cada um em defesa de uma temática vinculada a questões sociais, como a racionalização da água, o papel da mulher na sociedade, o preconceito às diferenças etc. As crianças elegem o personagem que mais lhes agrada a partir da abordagem da temática defendida, pelo uso de um título de eleitor fictício e urna eletrônica.

Os programas oferecidos pelo TRE são, sem dúvida, enriquecedores para o desenvolvimento da criança e do adolescente ciente de seu papel político no presente e, principalmente, no futuro. Destinam-se aos indivíduos que ainda não são permitidos de manifestar o direito do voto na esfera democrática brasileira, justamente preparando-os para o momento em que, por fim, isso será possível. É importante ensinar à parcela estudantil da população sobre o valor de uma eleição no contexto político em que vive o Brasil, não apenas pela teoria mas, principalmente, pela prática. Pois nada melhor do que a prática e a experiência para fixar de fato o conhecimento na mente de um estudante.

Após a etapa de análise da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o trabalho passará a investigar mais uma vertente política, tomada de forte apoio e crítica e que, atualmente, está rendendo polêmicos debates e turbulência nas casas legislativas: o Escola Sem Partido.

1.4 Programa Escola Sem Partido

Quando se pensa a respeito do processo de ensino da política, muitos fatores e acontecimentos relacionam-se com a sua viabilidade e seu andamento. Dentre eles, é impossível ignorar a existência e implicações do movimento Escola Sem Partido. Criado em 2004 por Miguel Nagib, passou a ganhar maior visibilidade a partir de 2014, com a tramitação de diversos projetos de lei baseados no tema. O primeiro foi apresentado por Flávio Bolsonaro (Projeto de Lei nº 2974/2014) e o segundo por Carlos Bolsonaro (Projeto de Lei nº 867/2014).

O movimento ganhou corpo em meio à insatisfação de seus apoiadores no que se refere ao problema da “doutrinação escolar”. O Escola Sem Partido é antagônico a todo tipo de manifestação unilateral e tendenciosa de questões políticas e sociais por parte de professores aos estudantes, ou seja, contrário à uma espécie de instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos. Objetiva-se então evitar que docentes prejudiquem seus discentes em razão da promoção de suas preferências (opiniões, crenças ou posicionamentos) políticas, ideológicas, morais ou religiosas.

O site oficial do Escola Sem Partido descreve a vitimização sofrida por escolas em meio à problemática de um “assédio” proporcionado por correntes doutrinárias de pretensões hegemônicas, transformando as instituições de ensino em meras caixas de ressonância dessas correntes. Os defensores do programa compreendem que tal situação é recorrente e deve ser combatida através da garantia do pluralismo de ideias, da fala imparcial do professor e da neutralidade política e ideológica. Origina-se então o combate ao contexto em que o professor se beneficia de sua condição para manifestar suas crenças partidárias ou morais, compactuando para uma atmosfera de intimidação, incompatível com a busca de conhecimento.

Com grande apoio de políticos de direita, o Escola Sem Partido compreende que o processo de doutrinação nas escolas possui inclusive forte cunho esquerdista. Engloba a educação moral como atribuição familiar, e não escolar, de forma a desviar-se de qualquer aprendizado do aluno que venha a conflitar com as persuasões transmitidas e acreditadas por seus familiares. Preza pelo fornecimento de informação ao educando quanto aos seus direitos compreendidos em sua liberdade de consciência, o que associa-se à proposta dos projetos de lei do movimento sobre a

afixação, em todas as salas de aula do país, de um cartaz constando os deveres do professor, a saber:

I - O Professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da maturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo;

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, ou da falta delas;

III - O Professor não fará propaganda em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas, com finalidade político-partidárias;

IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - O Professor não criará em sala de aula uma atmosfera de intimidação, ostensiva ou sutil, capaz de desencorajar a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus, nem permitirá que tal atmosfera seja criada pela ação de alunos sectários ou de outros Professores.

(Projeto de Lei Nº867/2014, Anexo, incisos I a V).

Ainda, o Escola Sem Partido declara que certas noções não devem ser discutidas em sala de aula sob nenhuma circunstância – melhor adequadas para discussão na esfera da família –, ocasionando certa restrição dos conteúdos de ensino e o processo de aprendizagem, a partir do fundamento na ideia de neutralidade. O Projeto de Lei nº 7180/2014, cujo autor é o deputado Erivelton Santana (PSC), sofreu alterações recentes pelo deputado Flavinho (PSC) na redação do projeto, com o intuito de restringi-lo. De acordo com o novo texto, “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’.” (Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7180/2014, 2018, Art. 5º, parágrafo único).

É bem claro que o Escola Sem Partido é um assunto considerado bastante polêmico, sendo assim suscetível a inúmeras críticas de professores, estudantes, políticos, juristas, especialistas da área da educação e da própria população civil. Seus críticos desaprovam o teor de censura que o movimento e seus respectivos

projetos de lei carregam, bem como a tendência a uma atmosfera de culpabilização dos educadores. Acredita-se que as suas propostas não apresentam nenhuma sustentação pedagógica e restringem a liberdade de expressão, o que é um risco enorme para a democracia, e também que a dimensão política não pode ser retirada dos eventos humanos, nem da esfera da educação.

Muitos críticos defendem que a educação moral não é prerrogativa exclusiva da família, e que a índole conservadora, autoritária e fundamentalista cristã do movimento é uma afronta ao Estado Laico. Especialistas da oposição ao Projeto de Lei nº 7180/2014, durante as audiências públicas para debater o texto do projeto, compreendem que o intuito na realidade está sendo o de caminhar para buscar a hegemonia da perspectiva conservadora, em detrimento da tentativa de fazê-la dialogar com outras perspectivas distintas, para assim ser arquitetada uma educação mais democrática e livre de fato.

O descontentamento gerado da restrição de conteúdo de ensino, pela omissão de certos assuntos, é denominador comum entre os críticos. O coordenador de projetos de educação da Ação Educativa, Roberto Catelli Jr., aponta que, na tentativa de categorizar alguns assuntos como ‘doutrinários’, as abordagens de raça e gênero estão sendo consideradas como elementos integrantes dessa categorização. Supostamente atentando contra valores morais da família, estariam coibidos de serem tratados pelos docentes, o que é um problema alarmante: debates informativos sobre essas abordagens são, de acordo com o coordenador, fundamentais para combater o machismo, a homofobia e o racismo.

A concepção de educação entendida pelo movimento e seus projetos de lei também é alvo de críticas: o PL nº 7180/2014 infere que o professor não deve se aproveitar da “audiência cativa” dos alunos para incorporar corrente político-partidária ou ideológica. Outros projetos utilizam-se dos termos “inexperiência”, “falta de conhecimento” e “imaturidade” para referir-se à parcela estudantil. Os opositores do Escola Sem Partido creem que essa visão sobre o discente é ultrapassada e evidencia a relação hierárquica entre aluno e professor. Como se o primeiro fosse intrinsecamente passivo e inocente, indefeso ao poder do segundo de impor-se por doutrinação.

Esse vício de pensamento seria um arcaísmo oposto à concepção de uma educação democrática. O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirma que “ele [o professor] compartilha um conhecimento

sistematizado e constrói com os alunos o aprendizado, mediando o processo cognitivo. Quem transmite retira de si e dá para o aluno. E o professor não perde o que ensina, ao contrário, ensinando também aprende” (CARA, 2018). A partir disso, e uma vez que educadores e educandos possuem valores diversos, é possível o contato com visões diversificadas nas escolas. Acrescenta-se a isso a fala da professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Russel Teresinha Dutra da Rosa: “A escola deve ampliar o repertório das crianças em relação à família, mostrar que existem outros valores e diferentes visões de mundo. E ao longo desse processo, vão construindo suas próprias visões de mundo” (RUSSEL, 2018).

De forma geral, a comunidade crítica do movimento crê que suas propostas são inconstitucionais, onde a censura tende a exercer controle sob os docentes por meio da criminalização do pensamento. Soma-se a isso a defesa do argumento de que, tão problemático quanto impedir a expressão de opinião do professor, é estabelecer a necessidade de punição caso ele o faça.

Em protesto, um conjunto de professores, através da rede social Facebook e do lema “Educadoras, educadores e estudantes contra a censura na educação”, criaram o Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP). Um tempo depois, essa mobilização também ganhou um site próprio, além da página no Facebook. Assim que criada, a página divulgava notícias sobre os avanços do Escola Sem Partido. Posteriormente, transformou-se em um espaço de protesto e combate ao retrocesso que este movimento representa para os insatisfeitos. Seu principal desejo é, por meio da produção de conteúdo de análise e reflexão acerca do crescimento do referido movimento, desconstruir o apoio que ele adquiriu e vem adquirindo com o passar do tempo.

São disponibilizados no site oficial do PCESP dois documentos: o primeiro é a carta “Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula”, acessível para que todos possam contribuir com sua assinatura, se assim desejarem; o segundo consiste em no formulário intitulado “Mobilização Contra o Escola Sem Partido”, que permite a contribuição dos que o acessam e o preenchem na coleta de informações sobre o andamento da resistência e oposição em todo o Brasil. Os professores podem utilizar desse espaço para compartilhar relatos sobre casos de perseguição, censura ou retaliação que vivenciaram no ambiente de trabalho.

Ademais, em abril de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou ao governo brasileiro um documento que denunciava as iniciativas do Escola Sem

Partido. A ONU entende que, se aprovadas, essas iniciativas apresentam uma grande violação ao direito de expressão em sala de aula e ao compromisso do Brasil com a educação. Assim sendo, recomendou revisão dos projetos de lei em tramitação nas casas legislativas. O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, chamou atenção para a inconstitucionalidade do movimento, onde a negação de liberdade de cátedra⁷ e o impedimento de concepções pedagógicas abalam a ordem constitucional. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), representado pelo poder público e organizações da sociedade civil, publicou uma resolução no dia 23 de agosto de 2017, aprovada em consenso por seus membros, que expressa repúdio às medidas de restrição de liberdade de comunicação sobre temas políticos do Escola Sem Partido. O CNDH repudia, de forma semelhante, a inibição de discussões sobre gênero e sexualidade, bem como de programas que prezam pela igualdade ou combatem a discriminação e desigualdade nesses tópicos.

Em resumo, percebe-se que um dos argumentos mais comumente sustentados pelos críticos é o seguinte: os fatos devem ser ensinados. As escolas devem ensinar todas as vias de pensamento, todas as possibilidades, para que o aluno possa, por si mesmo, desenvolver o seu pensamento crítico, posicionamento, opinião, em meio aos fatos. Não é papel da instituição dizer aos alunos sobre que religião seguir, que orientação sexual possuir, que partido político apoiar. Contudo, o aluno nunca será capaz de entender por completo determinadas situações e construir seu pensamento crítico se a ele não forem fornecidas as informações factuais necessárias para que ele o faça. Pois, muitas vezes, o espaço doméstico não é suficiente para essa aprendizagem, e é aí que entra em cena a função da escola. Tal sustentação é compreendida por muitos, questionada por outros e parte integrante das vertentes de opinião que compõem esse caráter tão polêmico que possui o Escola Sem Partido.

O assunto em questão, é importante dizer, foi mencionado algumas vezes por educadores durante a realização da pesquisa exploratória presente nesta monografia, revelada a partir do tópico que se segue.

⁷ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

2 As pesquisas de campo

Diante da escolha da temática da monografia, bem como do intuito de realizar um estudo mais aprofundado e participante que trouxesse resultados e reflexões enriquecedoras ao trabalho, optou-se pela realização de uma série de pesquisas de campo em formato de entrevistas, a partir da aplicação oral de um questionário construído pela própria autora desta monografia, que será explicado adiante. As entrevistas foram feitas no próprio ambiente escolar, possibilitando a extração de dados diretamente da realidade do objeto de estudo (salvo duas exceções, onde os entrevistados preferiram responder ao questionário via e-mail).

Tais pesquisas de campo implicavam, em resumo, em uma conversa entre a autora e educadores(as) de escolas públicas e particulares de Brasília, sendo eles(as) professores(as), diretores(as), supervisores(as) ou coordenadores(as) pedagógicos(as). O conteúdo dessas conversas consistia em perguntas feitas pela autora de forma a entender como o ensino da política é transmitido aos estudantes das escolas participantes, a observar se conceitos e valores políticos estão sendo lecionados e aprendidos de forma satisfatória ou insatisfatória, se os planos de ensino escolares de fato estão abordando aspectos fundamentais e importantes da política e, ainda mais, qual o nível de interesse dos alunos sobre política (de acordo com o observado pelos(as) educadores(as) contribuintes para a pesquisa).

Foi justamente em razão destes objetivos explicitados acima, em adição com o desejo de obter informações mais completas e bem embasadas, que se tornou preferível a delimitação do grupo de educadores(as) das instituições escolares como amostra para a realização da pesquisa, ao invés dos estudantes das mesmas. A partir da experiência profissional de ensinar, da presença atuante nas diversas áreas das instituições educacionais e do nível intelectual obviamente elevado quando comparado ao da classe estudantil, os critérios para a escolha do grupo entrevistado foram assim estabelecidos.

É importante lembrar que o objetivo desta monografia é estudar o ensino da educação política oferecido tanto para crianças quanto para adolescentes. Tendo esse fator em mente, optou-se pela não-restrição das pesquisas em apenas um nível da educação brasileira. Ou seja, buscou-se conversar com instituições que trabalham com a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Por mais que tal escolha influa em um objeto de análise demasiadamente amplo por consistir em uma

faixa etária bastante abrangente, esta não prejudicou a posterior análise e interpretação dos dados coletados. Os resultados foram tão enriquecedores justamente pela abordagem de mais de um nível educacional, uma vez que o trabalho não estaria completo e não teria alcançado seus objetivos na sua totalidade e desejada qualidade se tivesse deixado de explorar qualquer um dos níveis em questão.

2.1 As escolas

Foram realizadas 13 (treze) entrevistas, sendo 8 (oito) delas em escolas particulares e 5 (cinco) em escolas públicas. Todas as escolas se encontram na região do Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal. Foram contatadas por meio de telefones e endereços de e-mail disponíveis em seus respectivos sites na internet. Os(as) entrevistados(as) mostraram-se todos cooperativos(as), ao responderem de bom grado baseando-se em suas respectivas experiências de carreira e de observação do ambiente profissional. Todos consentiram quanto à utilização de seus nomes, falas e nomes da instituição na qual atuam. Da totalidade de entrevistas, 11 (onze) foram executadas de maneira presencial por parte da autora. As outras duas foram respondidas via e-mail, como dito anteriormente. Eis a tabela contendo as principais informações a respeito das mesmas:

Escola	Natureza	Nível	Entrevistado(a)	Função	Data
Colégio Marista de Brasília	Particular	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Gilberto Pinto de Assis	Coordenador e professor de história	Junho de 2018
Colégio Marista PIO XII	Particular	Educação Infantil (2 a 6 anos)	Sara Azevedo	Orientadora pedagógica	Junho de 2018
Sigma Asa Sul	Particular	Ensino Fundamental e Médio	Itelvina	Supervisora pedagógica	Junho de 2018
Colégio DNA	Particular	Educação Infantil e Ensino Fundamental I	Fernanda Oliveira Pereira Brito	Coordenadora pedagógica	Junho de 2018
Colégio Objetivo	Particular	Ensino Fundamental e Médio	Daniel Magalhães	Professor de História	Junho de 2018

Colégio ALUB	Particular	Ensino Fundamental e Médio	Learice Alencar	Gerente educacional	Junho de 2018
Colégio Madre Carmen Sallés	Particular	Ensino Fundamental II	Gustavo Siqueira Campos Cheliga	Professor de história	Junho de 2018
Colégio Nossa Senhora de Fátima	Particular	Ensino Fundamental e Médio	Ivonete Martins / Francisco Chagas	Professora de filosofia e religião / professor de história e psicologia	Junho de 2018
Parque 210/211 Norte	Pública	Ensino Fundamental I	Valéria Berniz	Supervisora pedagógica	Agosto de 2018
Jardim de Infância 312 Norte	Pública	Educação Infantil	Aline Mendes Carvalho Dantas	Diretora	Agosto de 2018
Classe 113 Norte	Pública	Ensino Fundamental I	Raquel Medina / Sueli	Coordenadoras pedagógicas	Agosto de 2018
CEF 104 Norte	Pública	Ensino Fundamental II	Rafael	Professor de história	Agosto de 2018
CEDLAN	Pública	Ensino Médio	Bruna Guimarães	Professora de filosofia	Setembro de 2018

2.2 O questionário

Durante o processo de elaboração do questionário que possibilitaria o andamento das pesquisas de campo, atentou-se pela importância em produzi-lo de maneira não demasiadamente extensa, evitando assim a exaustão e desgaste comumente evidenciados pelos indivíduos estudados quando em face a uma entrevista desnecessariamente longa.

Os(as) entrevistados(as) foram capazes de responde-lo com base no método de observação de seus respectivos ambientes profissionais, a partir da experiência adquirida ao longo de suas carreiras como educadores e membros intrínsecos da instituição escola. Em contato direto com as crianças e adolescentes estudantes, estes os principais objetos de estudo desta monografia, em consequência encontravam-se na posição de propriedade para discorrer acerca do sistema educacional com o qual diariamente lidam.

Foram criadas 6 (seis) perguntas, cada uma delas explicadas a seguir:

1. *Em sua opinião, é oferecido um ensino suficiente e satisfatório sobre política brasileira aos alunos desta instituição?* Os entrevistados deveriam explicar, de forma breve, se assuntos políticos são trabalhados no ambiente escolar em boa quantidade e qualidade ou não, embasados no que conseguem observar enquanto atores diretos e indiretos no processo de ensino.
2. *O material didático utilizado fornece bom conteúdo a respeito desta temática?* A partir desse questionamento, foi possível identificar os principais meios de transmissão de conhecimento utilizados em cada escola, e foi analisada uma notável variação de respostas. Tanto no que diz respeito ao material propriamente dito, quanto ao seu conteúdo político.
3. *Você acha que os alunos demonstram interesse em aprender sobre política?* Pergunta bem autoexplicativa, com expectativa de respostas tanto positivas quanto negativas. A análise dos dados coletados indicou que a expectativa, de fato, se cumpriu.
4. *De maneira geral, quais aspectos e assuntos da área da política deveriam ser ensinados aos estudantes, de acordo com sua opinião e experiência como educador(a)?* Questão que testa a capacidade do entrevistado em julgar o que é importante para ser passado às crianças e adolescentes na escola. Depende de algumas variáveis, como o nível de maturidade destes, por exemplo.
5. *Quais conhecimentos acerca do tema são, de fato, transmitidos na escola? Há algo que não é trabalhado mas que deveria ser?* Pergunta que mais abre espaço para críticas por parte dos entrevistados, onde expuseram algumas falhas no plano de ensino da instituição onde trabalham e também as carências de conteúdo político nas aulas.
6. *Nas aulas, costuma-se tratar das atualidades do cenário político brasileiro, ou seja, costuma-se falar sobre as últimas notícias ocorridas no mesmo? A importância da discussão dos eventos atuais no âmbito político no qual fazemos parte é evidente. A promoção de debates com temas da realidade política brasileira atual deve ser implementada nas salas de aula e, por meio desse questionamento, foi possível estudar se tal promoção ocorre com a frequência esperada e ideal. Mais do que estudar a história, estudar o tempo presente é essencial para evitar a alienação política da população.*

2.3 Análise e interpretação dos dados coletados

Este tópico da monografia apresenta a exposição minuciosa das respostas obtidas com as aplicações do questionário, em virtude da análise e interpretação das mesmas. Primeiramente, ir-se-á colocar os resultados alcançados nas instituições escolares de natureza pública. Logo após, nas de natureza particular. Por último, objetiva-se o desenvolvimento de uma análise comparada entre as conclusões conseguidas em ambas. É importante salientar que tudo o que foi discorrido ao longo deste tópico baseou-se inteiramente nos depoimentos do grupo amostral.

2.4 Resultados nas escolas públicas

As contribuições proporcionadas pelos indivíduos entrevistados foram bastante satisfatórias para a pesquisa. Todos mostraram boa vontade para com esta, e as respostas apresentaram uma variedade de discrepâncias, bem como aspectos em comum, quando analisadas em conjunto. Foi comumente explicado que o ensino da política aos estudantes nas escolas, mesmo presente, tem muito o que melhorar. Não foram manifestadas opiniões que dizem respeito ao fato de que tal ensino está sendo implementado de forma suficiente e que, por consequência, não necessita de melhorias e de uma maior atenção. Muito pelo contrário.

Atentou-se pela dificuldade, por vezes, em falar no assunto político em aula, dado a uma série de problemáticas: o nível de maturidade de crianças da Educação Infantil e, por vezes, do Ensino Fundamental, é obviamente baixo, ocasionando assim uma grande limitação de temas que podem ser tratados em sala; por parte dos alunos do Ensino Médio, apontou-se para a quantidade alarmante daqueles que são tomados por muitas dúvidas (resultando em alienação política) e pela desesperança política, reproduzindo os mesmos discursos trazidos de casa, por vezes intolerantes. Uma entrevistada evidencia a fala frequentemente presente no discurso do estudante de que todo o político é corrupto, e observa que tal linha de pensamento os impede de enxergar possíveis mudanças em nosso sistema político, e que elas começam por nós; ademais, os entrevistados reparam na dificuldade em reunir os educadores nas escolas para debater sobre o que é imprescindível de ser tratado e que está em falta no plano de ensino. Opinam sobre a importância da conscientização política das

crianças e adolescentes, porém salientam o consenso inalcançável entre educadores para efetivamente incrementar a aprendizagem com assuntos de caráter político.

Quanto ao material didático, geralmente precisam ser complementados para abarcar o tema político em maior quantidade e qualidade. As escolas públicas fazem uso de projetos que vão sendo trabalhados a partir de um tema norteador. Além dos materiais sugeridos pela Secretaria de Estado e Educação do DF (SEEDF), algumas instituições produzem material complementar. Um professor de história explicou que, em meio a inexistência de material didático específico na escola em que trabalha, busca compartilhar cartilhas de órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e trechos da Constituição Federal com seus alunos.

Ao discorrerem sobre o nível de interesse das crianças e adolescentes no aprendizado da política, as declarações variaram mais positiva que negativamente. O desafio de conquistar a atenção do educando para a relevância desse aprendizado se faz presente e pode ser enfrentado de diversas maneiras. As escolas que promovem atividades dinâmicas, desde debates saudáveis à criação de uma assembleia em sala ou uma simulação de eleição, por exemplo, usualmente possuem maiores chances de conquistar o interesse estudantil. E essa hipótese foi confirmada pelos profissionais entrevistados que trabalham em instituições que adotam esses tipos de dinâmicas, por mais que não sejam tão frequentes. Mas quando são realizadas, geralmente atraem os alunos em sua maioria. Como esperado, algumas respostas contudo enfatizaram a falta de interesse político tanto de crianças quanto adolescentes, sem entrar muito em detalhes do porquê.

As perguntas quatro e cinco do questionário aplicado relacionavam-se propositalmente, onde o indivíduo entrevistado viria a esclarecer os tópicos de cunho político que achava significativos para transmitir aos jovens estudantes brasileiros, vindo logo após a opinar se estes eram, de fato, lecionados em seu ambiente de trabalho. Eis alguns dos principais tópicos que os educadores julgaram indispensáveis à educação: cidadania; os três poderes; o que é o Estado e suas funções; noções básicas da Constituição Federal; as consequências e influências das decisões tomadas pelos detentores de poder; desonestidade dos atores políticos corruptos; impostos; origem dos recursos investidos nas escolas; preservação de patrimônio público; democracia; o impacto e importância das manifestações nas ruas; direitos e deveres do cidadão; ética e moral; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); eleições; representatividade; história política, social e econômica do Brasil.

O levantamento desses tópicos abre posterior espaço aos participantes da pesquisa para avaliação da educação com a qual estão em contato diário, por meio de apreciação da efetividade/suficiência de sua matéria política. Os aspectos mais fundamentais para o crescimento do estudante como um cidadão de bem e de boa capacidade de discernimento são, sem sombra de dúvida, ensinados em conformidade com os objetivos da SEEDF. Cidadania, relações de respeito com o próximo, convivência em comunidade, direitos e deveres fundamentais, diversidade e conscientização ambiental mostraram-se os temas mais recorrentes no plano educacional das escolas públicas do Distrito Federal.

A Semana de Educação para a vida, juntamente com o Dia Nacional da Educação Ambiental (3 de junho), Semana da Conscientização do Uso Sustentável da Água e Protagonismo Estudantil são algumas leis cujos objetivos conferem uma melhor qualidade da educação pública, compondo assim a base curricular das instituições de ensino brasileiras de natureza pública. Tratam dos mais diversos conhecimentos, e com certeza relacionam-se com política.

Todavia, conhecimentos mais específicos de sua área ainda são pouco trabalhados em tais instituições. Os entrevistados afirmam que o ponto eleições somente é discutido com as crianças e adolescentes no período próximo ao fim do mandato do atual Presidente da República, ou seja, somente fala-se em eleições quando diante de um novo cenário eleitoral. Outra crítica obtida com as respostas da pesquisa refere-se à falta que alguns educadores sentem de palestras que poderiam ser oferecidas, de discussão do tema Escola Sem Partido, de forma a avaliar se esse programa é realmente de interesse da escola.

Uma professora de Ensino Médio comentou que acha importante, mais que o ensino técnico, o ensino crítico. Esta conclusão foi tirada a partir de sua própria observação de que os alunos, muitas vezes, não sabem nem quais são os principais direitos humanos, e que possuem noção precária de consciência coletiva, da realidade negra, indígena e das mulheres. Ainda outra ponderação coletada merece destaque, na qual um professor aponta para a superficialidade da visão do cenário político brasileiro por parte da população, que tende a repetir o que veem no noticiário sem muita base para reflexão. Enfatiza a “necessidade da clareza de ideias, procurando conhecer os conceitos políticos, entender as diferentes visões de mundo e procurar ponderar sem ser mero reproduzidor de frases feitas”.

Finalmente chega-se ao final da pesquisa, pertinente ao levantamento de questões atuais que se desenrolam no cenário brasileiro e que afetam as mais diversas áreas, não somente de índole política, mas também socioeconômica. Percebeu-se que as respostas reunidas foram, no geral, simples e predominantemente negativas. Destacou-se a falta de interdisciplinaridade derivada da falha de comunicação entre educadores, quando reúnem-se para combinar temas em comum e focos delimitados que serão guias de conhecimento e informação nas salas de aula. Entra em cena, mais uma vez, a problemática de se chegar a um consenso sobre a importância de determinado assunto de cunho político, prejudicando assim a manifestação de discussões da atualidade política.

O projeto Escola sem Partido foi criticado por um dos entrevistados pois, de acordo com seu depoimento, coíbe o debate político sobre a “desculpa de que professores podem vir a doutrinar os estudantes”. Sentindo-se desrespeitado, conclui que todos possuem um posicionamento e este não deve ser omitido. O papel de um educador profissional é transmitir conhecimento e nunca se furtar de mostrar os diferentes lados e ideias, de mostrar todas as possibilidades ideológicas existentes, e não somente a sua própria. A partir disso, cabe ao estudante utilizar-se do seu discernimento para escolher em que acredita. Os professores mostram os caminhos, mirando o cuidado para não manipular e doutrinar seu aprendiz.

Alguns entrevistados, de forma contrária, relataram a busca bem sucedida de troca de informações da atualidade do cenário político entre os professores e as crianças e adolescentes. Essa troca se faz principalmente durante a ocorrência de um acontecimento que está afetando a todos ou grande parte da população brasileira. O nível de notoriedade de certo acontecimento fora do ambiente escolar vai afetar a intensidade de contemplação do mesmo dentro desse ambiente. Conforme depoimentos dos entrevistados em questão, a curiosidade dos alunos é despertada muitas vezes pelo contexto político atual, o que os leva a tomar iniciativa para levantar pontos de debate em sala, de forma a saciar essa curiosidade. A iniciativa permite uma troca de conhecimento saudável e dinâmica entre mestre e aprendiz, alimentando a vontade de saber mais sobre as últimas notícias que concernem à coletividade.

2.5 Resultados nas escolas particulares

Tendo até então refletido acerca das informações coletadas nas instituições públicas de ensino, passar-se-á a fazer o mesmo com as particulares. Como foi gerado um maior número de entrevistas nas segundas do que nas primeiras, os resultados coletados nas escolas particulares foram ainda mais abrangentes e completos. De forma semelhante, todos os indivíduos contribuintes para a realização das entrevistas mostraram boa vontade e apoio à pesquisa.

É notável a variação de conteúdo das respostas no que tange à qualidade de ensino da política nas escolas particulares onde, em resumo, pode-se inferir que a frase “está bom, mas pode melhorar” é consensual. Quando tratando-se principalmente da Educação Infantil, são trabalhados quesitos inerentes à política, mas não política em si, segundo uma coordenadora pedagógica. Isso se dá porque o grau de entendimento das crianças é muito pequeno e facilmente induzido pelo adulto, impedindo a criação de opinião própria. A tendência à exposição das informações tiradas por elas, do ambiente familiar, no ambiente escolar, muitas vezes serve de embasamento aos professores para direcionar o teor da aula e de fator de ignição para os debates políticos.

Foram levantadas críticas sociais por mais de um entrevistado sobre o problema da polarização política, onde a argumentação ideológica e partidária fere a possibilidade de uma ideal conversa, tanto entre educador e aprendiz, quanto entre educador e autoridade parental responsável por esse aprendiz. As críticas reclamam da inclinação das pessoas em automaticamente pensar em política no sentido partidário, prejudicando o entendimento de que se ensina política como pensamento, e não como postura e tendência. As escolas buscam trabalhar os conceitos com os pais, para que quebrem paradigmas em suas formas de pensar. Prezam pela maior politização de todos, não somente de seus alunos, mas também de seus responsáveis, objetivando o desapego à superficialidade de informações adquiridas e a tomada como propriedade de conceitos políticos importantes alcançados através de uma profunda abordagem.

Outros depoimentos, sem embargo, se preocuparam em desaprovar a falta de aprofundamento do tema, que distancia muito o ensino político de sua forma ideal. Conceitos que não são trabalhados tanto quanto deveriam, a precariedade e a carência desse estudo no Ensino Fundamental, quadro que vai ser refletido no Ensino

Médio, bem como a apreensão do educador ao tocar em assuntos sensíveis em sala, sujeito a acusações de doutrinar o estudante são algumas das reclamações costumeiras.

Uma entrevistada salienta o papel da instituição escola em transformar o aluno em um cidadão participativo em toda sua plenitude, em uma pessoa autônoma capaz de conviver em sociedade e, como a política envolve as mais diversas relações do cotidiano, seu estudo é indispensável. Então seu ensino é satisfatório quando se vê pelo lado da cidadania, da criança como agente transformador do meio em que vive. Por conseguinte, temas mais abrangentes são transmitidos inicialmente, adiando o caráter específico da educação política aos estudantes mais velhos.

Um exemplo de ação política que uma série de contribuintes observa ser intensamente trabalhada com os mais novos é a elaboração dos combinados de sala, ou seja, das regras que devem ser seguidas. Isso desenvolve a capacidade da criança de discernir o que é certo e errado, quais são os seus deveres como estudante e parte da coletividade e as consequências que terá de enfrentar, caso não os cumpra. Outro exemplo é a escolha do representante de turma ou do ajudante do(a) professor(a), feito por meio de votação com todos os membros do grupo. Ações políticas estas que são instituídas desde o início da formação do aluno.

O valor educacional em trabalhar dados também foi mencionado na conversa com o professor de Ensino Médio entrevistado da escola humanista e franciscana Nossa Senhora de Fátima. Ele vê que os estudantes então muito acostumados em dizer “eu acho”, daí a importância de se pesquisar dados concretos. Basear-se em uma notícia ou em uma informação confiável é essencial para a boa formação de um indivíduo politizado, por isso o educador sempre incentiva esse tipo de atividade. Instituiu um projeto chamado Parlamento Humanista Franciscano, onde divide os alunos em uma plenária improvisada com púlpito. Por meio dessa, levantam pautas de interesse deles, e a partir delas o professor os orienta para que pesquisem projetos de lei referentes às mesmas. Se acharem a linguagem muito difícil, o professor simplifica. Ele deseja que sejam trabalhados dados quantitativos e qualitativos. Atividades como essa, que simulam assembleias e estimulam a criação de conhecimento político conquistado dinamicamente são como pontos-chave para a melhoria da educação política nas escolas.

Foi interessante observar também o quanto que os materiais didáticos estão diversificados, indo muito além de livros extensos. Alguns professores, inclusive,

explicaram que preferem utilizá-los apenas como último recurso, priorizando outras fontes de obtenção de conhecimento (dinamicidade da metodologia). Quanto mais liberdade a direção da escola proporciona aos educadores para incrementar os meios de ensinar, mais eles o fazem. Artigos da internet, site SciELO Brasil, vídeos do Youtube, filmes, textos históricos (documentos originais), poesias de soldados da Segunda Guerra Mundial, jornais, revistas, noticiários, tablets e jogos pedagógicos direcionados à Educação Infantil foram as principais fontes de informação mencionadas.

Os materiais confeccionados pelos próprios estudantes são uma excelente estratégia de aprendizado, uma vez que participam ativamente da elaboração do próprio instrumento que utilizam para estudar: mapas, jogos educativos, histórias em quadrinhos, entrevistas... Algumas escolas, ainda por cima, organizam feiras de exposição desses materiais para o usufruto de todos os discentes. O conteúdo político está presente muitas vezes, não obstante ele exige maior atenção e elaboração, segundo professores(as) e coordenadores(as). Afinal, o material didático deve estar em constante processo de complementação se deseja-se evoluir a educação.

Mas é sabido que, além da dinamicidade da metodologia, outros quesitos repercutem no nível de interesse da criança e do adolescente. Quanto às crianças muito novas, se interessam por assuntos gerais como meio-ambiente, cidadania, regras de convivência, direitos e deveres, sem entender o teor político arraigado em seu interior nem as consequências propriamente políticas provindas desses assuntos e que irão se manifestar no futuro. Ou seja, sem perceber que estão trabalhando política.

O coordenador de uma das instituições analisadas explicou que esta possui alguns filhos e sobrinhos de políticos como alunos. Eles são os que menos falam e expressam opinião, acredita que por receio de ouvirem algo negativo a respeito de seus parentes. Muitos adolescentes que declaram posicionamento de esquerda sentem medo de se expressarem pois temem ser rechaçados. Outros ficam ressentidos até de somente manifestar seu posicionamento, apreensivos em meio à possibilidade de taxação ou desaprovação pelos demais. Nesse cenário, um dos papéis da escola é passar segurança aos discentes pelo incentivo do seu direito de fala, atentando sempre para um discurso respeitoso e tolerante.

O mesmo entrevistado também nota a colocação radical de alguns poucos alunos, o que não acha próprio da idade (isso foi observado por ele em uma turma de

6° ano). Trazem as opiniões dos familiares com intenção de colocá-las à prova e de convencer os colegas desse radicalismo. Os educadores devem, nessa conjuntura, mostrar o contraponto, sem criticar. À medida em que os adolescentes explicitam seus pontos e posições, o professor os intermedia, no sentido de oferecer um contra-argumento. Questiona o aluno dos motivos pelos quais pensa dessa maneira, para incitá-lo a ter seus próprios argumentos e opiniões, e não apenas secundar o que ouve em casa. É construída aos poucos, portanto, a educação para o debate rico e consciente.

Por fim, uma parcela considerável de estudantes não apresenta interesse sobre temas que envolvem política, como era de se esperar. Respostas coletadas assinalam que o Ensino Médio parece fascinar-se mais por esses temas do que o Ensino Fundamental: somada com seu maior grau de maturidade, a possibilidade de finalmente ser agente participativo no ambiente político por meio do voto, a partir dos dezesseis anos, entusiasma uma fração dos adolescentes, enquanto os mais novos não possuem esse incentivo. O ensino da política durante o Ensino Fundamental deveria ser mais aperfeiçoado para sanar, ou pelo menos amenizar, essa problemática; e também para reverberar de forma ainda mais satisfatória no Ensino Médio.

Continuando essa linha de raciocínio, os entrevistados exemplificam conceitos relacionados à temática que deveriam, pelas suas convicções, ser ministrados em todas as instituições escolares: Estatuto da Criança e do Adolescente; Tripartição de poderes e sua harmonia; luta contra o autoritarismo; respeito às liberdades individuais e às diferenças; absolutismo monárquico versus democracia; Artigo 5 da Constituição Federal; cotas; maioria penal; violência doméstica; lei da palmada; limites da autoridade parental e da atuação do Estado; ética e moral; meio ambiente; liderança; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997); direito do consumidor; representatividade; identidade própria e coletiva; responsabilidade nos âmbitos privado e público. Conforme previsto, os contribuintes para a pesquisa entendem que muitos desses conceitos são trabalhados, da mesma forma que muitos outros carecem de maior atenção.

Para concluir este tópico analítico das pesquisas de campo nas escolas particulares, foi verificado até que ponto o nosso cenário político atual é explorado no espaço educacional. A quase unanimidade das respostas coletadas é perceptível, em que a abertura para diálogo em sala de aula perpetua o regozijo de conversar sobre

as últimas notícias. Em ano de eleições, como é o caso do período em que essa monografia é escrita, as conversas são tomadas pelo assunto. O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff caracterizou-se como objeto de debate primordial em 2016. A Petrobrás e a Operação Lava Jato também costumam ser temas abordados ocasionalmente. Um professor de história revela que procura fazer uma ponte entre eventos históricos e atuais, comparando algo que aconteceu no passado e que vem se repetindo no presente. O impeachment de Dilma em contraste com o de Fernando Collor e a instabilidade/crise política e econômica brasileira historicamente versus hoje, por exemplo

Na época em que as entrevistas para este trabalho foram realizadas, o Brasil tinha acabado de passar por um episódio de manifestação que ficou conhecido como a Greve dos Caminhoneiros. Iniciada em maio de 2018, a paralização dos caminhoneiros em todo o país se deu em face à insatisfação com os reajustes frequentes da Petrobrás nos preços dos combustíveis, sobretudo do óleo diesel. Os grevistas objetivavam a diminuição do preço do diesel e a extinção da cobrança de pedágios para eixos erguidos. A decorrência da paralização trouxe a gasolina a preços altíssimos, filas absurdamente longas enfrentadas pelo consumidor nos postos de abastecimento, indisponibilidade de alimentos e remédios em várias regiões por conta do bloqueio de rodovias. A greve afetou diretamente os estudantes, em meio a suspensão de aulas e provas, e também seus responsáveis, que enfrentavam dificuldades em levar os filhos para a escola. Torna-se evidente o quanto que esse acontecimento foi debatido em sala de aula.

2.6 Análise comparada

Após a exposição dos resultados conseguidos nas instituições escolares de naturezas pública e particular separadamente, é importante verificar as semelhanças e particularidades que eles apresentam de maneira conjunta. E tal objetivo é possível através do processo de comparação entre as entrevistas em sua totalidade.

Pode-se dar início a essa etapa do trabalho a partir do consenso alcançado por todos os indivíduos entrevistados a respeito de quais são os conceitos políticos cruciais na vida estudantil. Foi mencionada uma infinidade destes, os quais, se fossem todos aqui listados, tornariam este tópico demasiado extenso. Portanto, dar-se-á atenção aos mais sugeridos pelo grupo amostra e, considerados por eles, como os

mais relevantes – muitos, senão todos, já comentados anteriormente nos dois tópicos que antecedem o atual, mas que requerem uma rememoração –, de amplo significado e conteúdo: cidadania, meio-ambiente, direitos e deveres fundamentais, diversidade, igualdade, comunidade, eleições, democracia, Constituição Federal e ética foram as principais temáticas recorrentemente faladas ao longo do estudo exploratório.

As atividades de escolha dos representantes de turma ou ajudantes do(a) professor(a), bem como a confecção com os alunos das regras de convivência em sala de aula, são costumes trabalhados nas escolas de ambas as naturezas. Estes, de acordo com os entrevistados, conferem às aulas um caráter político devido à prática dos exercícios de votação (para eleger o representante de turma) e de compreensão dos deveres da criança e do adolescente como membro da comunidade escolar (com as regras de convivência), a fim de estimular a capacidade de discernimento e a conduta de respeito ao próximo do corpo discente.

Foram comumente construídas três críticas principais por educadores de escolas particulares e, em especial, públicas: a primeira remete ao assunto de eleições. Os professores expuseram o fato de que este é efetivamente trabalhado no espaço escolar apenas durante o ano em que elas acontecem no Brasil. É sabido que o período eleitoral traz consigo discussões acaloradas, aumento do interesse da população geral sobre política e uma influência inevitável na vida dos brasileiros, não apenas aqueles que já podem votar, como também aqueles que ainda não podem. Afinal, suas consequências serão refletidas para toda sociedade. A chance de eleger seus representantes em um regime democrático atribui aos cidadãos a possibilidade de participar ativamente da política, sendo o voto o instrumento de direito dos indivíduos que dará legitimidade à entrega do poder nas mãos desses representantes.

É clara então a importância desse assunto, onde é papel das instituições educacionais o esclarecimento ao corpo discente das questões que concernem a esse direito, que nos faz cidadãos politicamente ativos. Partindo dessa linha de pensamento, os entrevistados concluíram que o conteúdo das aulas não abarca tal questão com a frequência que deveria, e que debater eleições somente no ano em que ocorrem não é suficiente. Como já dito no início desta monografia, o assunto estava presente nas salas de aula das escolas participantes quando as pesquisas de campo foram produzidas, pois todo esse estudo exploratório se desenrolou em 2018. Ou seja, o cenário político vigente durante a confecção deste trabalho estava por desencadear as disputas eleitorais desse ano. Contudo, foram reclamadas a falta e a

precariedade de informações transmitidas nas escolas sobre o tema de eleições nos anos em que não ocorrem, e que nada é feito para mudar esse problema.

Parte do motivo que explica a ausência de medidas tomadas para contornar essa situação relaciona-se com a segunda crítica: a preocupante falha de comunicação do corpo docente. Conflito observado principalmente nas escolas públicas (não obstante, idem nas particulares), os professores de uma mesma instituição encaram, por vezes, certas dificuldades de se chegar em um acordo mútuo a respeito dos planos de aula para os estudantes, quando diante da necessidade de implementar novas e diferentes temáticas ainda não muito exploradas nesses planos. O desafio de abri-los para a possível complementação com estudos de cunho político consiste na feição polêmica que tais estudos podem condicionar, em face à divergência de opiniões dos educadores sobre o que é aceitável de ser ensinado aos alunos e o que não é. A política é uma área do conhecimento considerada por muitos como delicada e complexa quando dialoga com o ambiente educacional, daí o obstáculo para uma certa e segura decisão do que deve ser ensinado nas escolas e o que é preferível ser omitido (muitas vezes pelo receio de doutrinar os educandos).

Tal embaraço correlaciona-se também com a terceira crítica citada por alguns membros do grupo amostra: o Programa Escola sem Partido. Os poucos indivíduos que mencionaram o programa nas entrevistas ponderaram pela desaprovação das circunstâncias que ele viabiliza, onde os professores acabam possuindo um espaço muito pequeno para falar de política pelo receio de ir de encontro às exigências propostas pelo mesmo. Notam uma falha de comunicação com a própria escola, já que se questionam se a implementação do programa é de real interesse do membro do corpo de educadores em sua maioria. Concordam com a importância de evitar a imposição de suas opiniões, posicionamentos e concepções próprias, pois seus alunos devem desenvolver a habilidade para chegar às suas próprias conclusões e opiniões. Não obstante, para que isso possa ser feito, explicam que os mesmos devem conhecer as diversas facetas da esfera política, e a falta de liberdade concedida aos educadores pode prejudicar o alcance desse objetivo.

Passando, a seguir, à análise das informações coletadas nas instituições particulares e públicas que manifestam discrepâncias uma das outras, é interessante iniciá-la pela verificação dos instrumentos utilizados para ensinar. As escolas de natureza particular buscam aderir muito mais aos livros didáticos do que as de natureza pública. Ambas trabalham além dos livros, com outros recursos também

adequados: tablets, artigos de internet, vídeos, quadrinhos, filmes/documentários, dentre copiosos outros. No entanto, as públicas revelam uma maior abertura à exploração do material didático, enquanto as particulares optam por um forte embasamento principalmente nos livros específicos para cada matéria lecionada. As primeiras parecem ter conquistado esse maior espaço para modificar livremente sua metodologia porque trabalham inteiramente em função das condições impostas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E é provavelmente essa realidade o fator que mais difere o funcionamento dos dois tipos de instituições educacionais.

Um estudo sobre a SEEDF já foi realizado na primeira parte desta monografia, contudo, é imprescindível lembrá-lo neste tópico para fundamentar argumentos desta análise comparada. Como já explicado, as unidades escolares públicas estaduais estão filiadas à secretaria, logo baseiam suas metodologias e abordagens a partir dos objetivos desta. Esse cenário gera uma correlação entre elas e possibilita a implementação de inúmeros projetos – competentes à SEEDF – de temas diversos, em prol da formação integral do estudante. A maioria das unidades escolares particulares, por sua vez, não se apoiam em um órgão como esse. Por consequência, não disfrutam de uma abertura para a implementação de projetos com tanta facilidade, dispendo de um plano de ensino e uma abordagem mais consolidados e pouco passíveis de habituais remodelações. Isso torna as escolas particulares independentes umas das outras, na medida do possível, contrastando com a realidade das escolas públicas.

3 Alguns projetos educacionais voltados à política

Finalizada a etapa de análise da pesquisa exploratória, a monografia passa a dar enfoque em um recurso utilizado nas escolas que é excelente exemplo de agente dinamizador e incentivador do processo de ensino e aprendizagem: os projetos educacionais. As entidades escolares podem contar com uma série de artifícios efetivos para incrementá-lo e, em meio às possibilidades, os projetos são comumente escolhidos como um mecanismo aprofundador e estimulante de determinado assunto. Ademais, não é apenas o ambiente escolar que usufrui deles, apesar de serem bastante presentes no mesmo. Um projeto educacional pode ser realizado e/ou desfrutado em diversos locais, a depender de seu objetivo, competência e até formato.

E como o seu conceito é amplo, possui várias facetas: pode tomar a forma de um livro, vídeo, documentário, lei, pesquisa, simulação de evento específico, organização que promove uma causa, dentre inúmeros outros.

Também são uma maneira concreta de aumentar a participação do aluno e desenvolver sua autonomia intelectual, a partir do momento em que ele vêm a se tornar administrador de seu próprio aprendizado. Possibilitam a vivência pela experiência, no contexto de incentivar a busca de informações, por parte dos desfrutadores dos projetos, e de demandar planejamento, por parte dos construtores destes. Possibilitam, mais do que a transmissão de fatos, a compreensão dos processos: passam da teoria à aplicação da teoria.

Muitos projetos de viés político objetivam o planejamento e execução de medidas orientadas para uma maior inserção do tema no âmbito educacional, de forma atrativa e eficaz. As pesquisas de campo expostas nos tópicos anteriores já nos mostraram a importância de uma atividade dinâmica para o bom proveito da educação política oferecida aos indivíduos. Em meio à falta de interesse, ao conteúdo vasto do tema e à necessidade de alcance deste para todos, os projetos políticos educacionais apresentam-se como uma alternativa para contornar tais dificuldades. E é justamente por esse motivo que o presente trabalho reserva um espaço para o estudo dos mesmos.

A seguir serão aprofundados sete projetos políticos educacionais brasileiros direcionados à crianças e adolescentes. Os quatro primeiros apresentam os formatos de um livro, um site interativo e dois canais na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, nesta ordem. Como estão disponíveis e facilmente encontrados na internet e livrarias, não são exclusivos para estudantes e nem habitantes do Distrito Federal. Os outros três projetos são atividades que requerem a presença ativa dos participantes nos locais em que ocorrem, respectivamente: uma simulação de debates da Organização das Nações Unidas (ONU), uma simulação de ação legislativa na Câmara dos Deputados e um projeto de extensão universitária. Estes já são voltados à parcela estudantil e realizados na cidade de Brasília e entorno.

3.1 “Quem Manda Aqui?” – Livro

Publicado em 2015, o livro “Quem Manda Aqui? Um livro sobre política para crianças” é um projeto de quatro autores, André Rodrigues, Larissa Ribeiro, Paula

Desgualdo e Pedro Markun. Com conteúdo de poucas páginas, de linguagem facilitada e em forma de rima, a leitura é direcionada para atingir o público infantil. O livro abarca assuntos ligados à política, não com o intuito de dar respostas, mas com o de levar a criança a pensar, a questionar sobre as situações expostas e se concorda ou não com as suas circunstâncias.

O projeto, como explicado pelos autores ao final do livro, foi produzido com crianças e para crianças. Através de oficinas realizadas com cerca de vinte delas em São Paulo e Ouro Preto, foram debatidas noções sobre formas de governo, de controle e poder, bem como sobre a capacidade de tomar decisões. A faixa etária escolhida variou dos três aos dez anos de idade. As atividades – sempre elaboradas da maneira divertida para reter a atenção dos(as) participantes(as) – buscavam levar em conta as opiniões de cada criança, as contribuições individuais e de trabalho em grupo.

O resultado possibilitou a criação coletiva de uma obra que revela cenários políticos pela visão da própria criança. Expõe a importância de existir alguém que manda, seja na esfera pública ou na privada, seja no governo ou em casa; a monarquia e o autoritarismo, a partir da figura de um mau rei que subiu ao poder sem o consentimento da população; o saque e repartição de terras indígenas, bem como alguns costumes de seus habitantes; a escravidão, penalidades sofridas pelos africanos e sua evasão pela prática da capoeira; a anarquia e o poderio militar, cujo controle coercivo gera medo por parte do povo; a democracia e o direito de escolha dos detentores de poder, inerente a todos os cidadãos; a arbitrariedade de uma professora; a diversidade da composição familiar e a importância de uma boa comunicação entre todos dentro desta; a faculdade de mando e obediência de cada um, a depender da circunstância.

O projeto é um ótimo recurso para levar a criança a pensar sobre aspectos básicos da política e a estimular o exercício de questionar uma conjuntura governamental, histórica ou social. E não apenas o seu resultado foi eficaz para promover conhecimento político, como também o seu processo de confecção.

3.2 Turminha do MPF – site interativo

O Ministério Público Federal (MPF), com o intuito de conceder informações de fácil acesso ao público-alvo infantojuvenil sobre assuntos relacionados às suas

competências e, como consequência, tornar-se mais conhecido pelos mais novos, criou a Turminha do MPF em 16 de outubro de 2009. Consiste em um grupo de personagens animados que objetivam conversar com crianças e adolescentes através do site interativo www.turminha.mpf.mp.br.

O site é uma plataforma disponibilizada pelo Ministério com diversas possibilidades educativas por meio de vídeos, cartilhas, ilustrações, histórias em quadrinhos, músicas infantis, jogos, textos e gráficos. A instituição trabalhou nesse projeto em cima do slogan “Assunto de gente grande para gente pequena”, ambicionando tratar sobre a área de atuação do MPF e sua constituição por intermédio de uma linguagem facilitada e com artifícios interativos e, por consequência, dinâmicos.

No site é possível aprender que o Ministério Público Federal é um órgão com a missão de atuar de forma justa para defender o Estado Democrático de Direito e proteger os direitos e interesses de cada um, a cidadania, democracia, meio ambiente, moralidade, patrimônio público e cultural. O desenvolvimento e a implementação de produtos para educar o público geral, juntamente com a formação cidadã de crianças e adolescentes atuantes, são também funções do MPF. Tendo isso em mente, o canal informativo em questão foi criado. O projeto também explica quem são os trabalhadores do MPF: procuradores regionais da República, subprocuradores-gerais da República, procurador-geral da República. Uma área específica do site é destinada exclusivamente para explicar aos pequenos a relevância de denunciar irregularidades ao Ministério e como fazê-lo.

Para tornar essa experiência educacional mais didática, foi criada a Turminha do MPF, composta pelas personagens de sete crianças e dois adultos. Uma delas confere à figura de um professor, responsável por dar as explicações e sanar as dúvidas dos demais curiosos. Através de tal mecanismo de perguntas e respostas, o público-alvo infantojuvenil pode assim aprender. Prezou-se pela base na diversidade da população brasileira para compor os membros da Turminha, no que diz respeito à idade (crianças de seis a doze anos e dois adultos), etnia (brancos, negros e um garotinho indígena) e condições de acesso (um deficiente visual acompanhado de seu cão-guia). Todas as ações do grupo são pautadas em valores de honestidade, respeito às diferenças, justiça e exaltação da cultura do Brasil, para dar o bom exemplo às crianças e adolescentes que frequentam o site e usufruem desse projeto

idealizado pelos servidores da Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria Geral da República.

3.3 “Política sem Mistérios” e “E eu c/ isso?” – canais no YouTube

Antes de um aprofundamento nos projetos em questão, é essencial entender melhor sobre a plataforma que os sustentam e algumas estatísticas. O YouTube é um recurso da internet utilizado no mundo inteiro que contém uma infinidade de vídeos online. De acordo com o estudo YouTube Insights 2017, cerca de 1,9 bilhão de usuários acessam o site pelo menos uma vez por mês, sendo 98 milhões brasileiros. O estudo também revela que, dentre os usuários brasileiros, 59% prefere atualizar-se por meio do mesmo ao invés de assistir ao noticiário e 31% o considera como fonte de aprendizado.

O YouTube engloba copiosos criadores de conteúdo diversificado, desde o entretenimento até matéria educativa. No interior de seu público, encontra-se uma parcela notoriamente ampla de bebês, crianças, adolescentes e, em sua maioria, jovens. A globalização e o setor tecnológico desenvolvido trouxeram consigo o crescimento alarmante da população jovem global como desfrutadora da internet e de seus benefícios como recurso educacional. E esse fator é, sem sombra de dúvida, espelhado no YouTube. Dentre as fontes de obtenção de conhecimento buscada por estudantes, videoaulas são uma opção escolhida com frequência, seja por falta de tempo ou paciência para a leitura de textos extensos, seja pelo entendimento destes como uma maneira mais rápida, dinâmica e recreativa de aprender. A plataforma então conta com canais que optam por apresentar material para ensinar algo ao seu público-alvo, especializando-se em assuntos diversos.

Como é o assunto político que nos interessa neste trabalho, os canais “Política Sem Mistérios” e “E eu c/ isso?” são excelentes para exemplificar a disponibilidade e a qualidade deste no YouTube. Ambos produzem vídeos pequenos e sucintos, de fácil acesso, e atingem diferentes faixas etárias. Mesmo que o primeiro seja apresentado de maneira clara e sem complicações, possivelmente atrai visualizadores de maior nível de maturidade devido ao conjunto de temas exposto nos vídeos, recomendado então a adolescentes e jovens. O segundo, por sua vez, é adequado ao público infantil devido à sua linguagem simples, ao seu visual e abordagem.

O Política Sem Mistérios é apresentado por Milton Monti e possui, até o momento, trinta e um (31) vídeos independentes, cada qual com um tópico específico: o que é política, as funções de um deputado, tipos de voto, os três poderes, as principais instituições políticas, medida provisória, Lei da Ficha Limpa, partidarismo, cláusulas pétreas e foro privilegiado são alguns exemplos.

O “E eu c/ isso?”, por sua vez, é um canal bem menor, com apenas cinco (5) vídeos. Todos relacionados, compõem uma série intitulada O Sistema Político Brasileiro, que informa sobre os três poderes da República e áreas correlatas. Esse projeto se dá por intermédio da narração de uma pequena história vivida por um personagem, em forma de animação, e com o apoio de efeitos sonoros. Tais características são bem sucedidas ao envolver as crianças, ainda assim, o canal é destinado a qualquer indivíduo que deseje aprender mais sobre esse quesito básico e fundamental da política brasileira.

3.4 SiNUS – Simulação das Nações Unidas para Secundaristas

A SiNUS é uma atividade acadêmica política realizada anualmente em Brasília, referente a um processo de simulação de reuniões entre comitês do Sistema das Nações Unidas. Ao longo de um período de cinco dias, os participantes organizam-se na composição de comitês – que variam a cada edição da SiNUS – para debater questões de relevância social e representar países, incitando a troca de conhecimento e a instauração de um ambiente saudável de discussões e reflexões. A Conferência convida os integrantes de sua equipe organizadora, estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e estudantes de Ensino Médio de todo o Brasil a constituir o espaço de simulação. Sendo assim, esse projeto é uma boa ponte entre universitários e secundaristas.

O projeto busca estipular diferentes lemas a cada edição, lemas estes que irão basear o conteúdo dos estudos e dar direcionamento às reuniões. Como já explicado, os comitês também são fatores que são modificados anualmente, a fim de explorar novas abordagens e perspectivas. A SiNUS 2018 guiou-se pelo lema “Provocar Mudanças Resignificando Paradigmas”, viabilizando debates em face a problemáticas de desigualdade, racialização, exclusão e relações de poder.

O amplo cronograma proporciona uma pluralidade de eventos ao longo dos cinco dias estipulados, como oficinas, coquetéis, festas temáticas, muitas sessões de

debates, reuniões dos chefes de delegação e cerimônias próprias para a abertura e o encerramento da SiNUS. As inscrições para o projeto são feitas por delegação, na observância dos comitês que estarão presentes e dos países a serem representados. Os locais responsáveis por sediar todo o evento alteram-se costumeiramente.

Dentre os vários objetivos da simulação, concretizar projetos com aplicabilidade social possivelmente é o aspecto fundamental de preocupação dos participantes. As implicações de estudos pautados em temas sociais e de direitos humanos da Organização das Nações Unidas refletem o desenvolvimento do exercício da liderança estudantil, onde o protagonismo da voz do estudante instiga-os a adquirir cada vez mais um interesse em lidar com políticas internacionais e se envolver ativamente em projetos.

3.5 Câmara Mirim – programa de simulação parlamentar

O Câmara Mirim é um projeto de autoria do Plenarinho e é realizado todo ano em Brasília. Sua primeira edição sucedeu-se em 2006. Consiste na prática de uma simulação de atividade legislativa referente aos processos de elaboração, discussão e votação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados e no Plenário Ulysses Guimarães. Esta simulação é propriamente destinada a estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares do Brasil, compondo turmas de 5º ao 9º ano.

A ação incentiva a criação de um projeto de lei por parte de qualquer criança que almeje engajar-se com o Câmara Mirim, através do incentivo de um professor. Centenas de alunos enviam suas ideias ao Plenarinho e este, por sua vez, escolhe três propostas para comporem a pauta do projeto. Ele é iniciado a partir do envolvimento de professores que possuem o desejo de levar seus estudantes à Câmara, o que é possível pela participação do processo seletivo relativo ao projeto, onde cada professor deve enviar por e-mail uma redação ao Plenarinho com o seguinte assunto: “Por que é importante que os estudantes participem do programa de simulação parlamentar Câmara Mirim?”. Uma vez selecionados, os candidatos incentivam que seus alunos criem projetos de lei de sua autoria – se quiserem optar por fazê-lo – e/ou comparecerem à instituição política para participar da simulação.

O programa promove atividades extremamente enriquecedoras às crianças, ao incentivá-las a trabalhar a criatividade, a pensar em maneiras de gerar mudanças que

sejam benéficas à população, a conhecer o interior de órgãos políticos brasileiros fundamentais e a sentir na pele como é ser um agente político e democrático. Ou seja, como é ter a oportunidade de apresentar, debater e votar uma proposta de lei, exercendo competências de um deputado em uma reunião mirim de comissão e uma sessão no Plenário.

É interessante exemplificar o sucesso do projeto pela exposição de sua manifestação mais recente, o Câmara Mirim 2018. O evento contou com 348 estudantes ao todo, responsáveis por votarem as emendas dos três projetos de lei selecionados por uma equipe de consultores, resultando em respectivos processos substitutivos. As propostas variavam da substituição de orelhões por pontos de Wi-Fi, do desenvolvimento de um aplicativo de localização para deficientes visuais e da proibição de produzir e comercializar canudos plásticos. Dos três, apenas o último foi aprovado em votação nominal, os demais tendo sido rejeitados em votação simbólica no Plenário. A autora pautou-se na emergência em proteger os animais marinhos pela diminuição do lixo nos oceanos, prezando pelos cuidados com o meio-ambiente.

3.6 Política na Escola

Diante da indispensabilidade de instrumentos de socialização política que oportunizem uma participação consciente da sociedade, os projetos de extensão universitária mostram-se efetivos em meio a esse propósito. Conforme o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o contexto social brasileiro em 1980, palco de uma espécie de revitalização da sociedade civil em luta pela sua democratização e a do Estado, viabilizou a criação da Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes). Dentre as suas reivindicações, a luta pela democratização das universidades marcou as ações da associação. Esse quadro converge na instituição de projetos de extensão, dentre outras conquistas, nas universidades. Para conceituar, “a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado

que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.” (Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras, 2001)

Tendo isso em mente, o Projeto Política na Escola (PnE) é um projeto de extensão de ação contínua, reformulado em 2003, pelo Centro Acadêmico do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Como uma alternativa para a conscientização juvenil sobre os valores do exercício de participação política e da edificação de uma sociedade democrática, as atividades propostas pelo PnE buscam a garantia de que, no futuro, os envolvidos com o projeto possam evidenciar esses valores em sua vivência. O projeto reúne estudantes da UnB dispostos e com a iniciativa de levar conceitos básicos da política ao ambiente de sala de aula, acompanhados de um processo de discussão e reflexão. As escolas participantes do PnE (compreendem a área de Brasília e entorno) fornecem espaço para que esses universitários apliquem conceitos, aprendidos em seu meio acadêmico, no meio escolar, de forma recreativa e por meio de uma linguagem apropriada ao entendimento de seu público, as crianças. Ou seja, o projeto almeja estimular a prática do ensino aos extensionistas, onde tomam o papel de professores e são possibilitados de aprimorar seus próprios conhecimentos, a partir de um viés lúdico e por meio de uma perspectiva pedagógica.

Com a extensão do ensino e da pesquisa como uma das funções da universidade, os estudantes do Curso de Graduação em Ciência Política que participam do PnE realizam reuniões, no Instituto de Ciência Política (IPOL), que se traduzem em encontros temáticos para debater o que foi ensinado às crianças, bem como o que pode ser ensinado na próxima ida à escola. São tratados, nas atividades em sala, alguns temas básicos e fundamentais para a concretização dos objetivos de ensino do Política na Escola: Política; Participação Política; Democracia; Voto; Representação Política. As dinâmicas interativas entre as crianças e os extensionistas propiciam o entendimento sobre a conquista de direitos políticos dos cidadãos ao longo da história do Brasil; como as pessoas elegem seus representantes e porque o fazem; o funcionamento e composição de algumas instituições e órgãos governamentais; a tripartição de poderes; como funciona o regime democrático e quais são as suas implicações sociais; dentre outros.

Essa prática é possível uma vez que os integrantes do projeto trabalham em conjunto para elaborar os roteiros de aula dos encontros na escola. Os resultados das aulas são devidamente analisados. Também estão sujeitos a análise, dados coletados

por questionários de avaliação da aplicabilidade e eficiência do PnE, cujos respondentes são as próprias crianças e seus respectivos professores. Ambos os processos de análise permitem que, com o avanço dos semestres, novas e antigas abordagens sejam testadas. Os roteiros de aula são adaptados de acordo com a receptividade das crianças, sujeitos inclusive a opiniões e sugestões dos professores. O Política na Escola mostra-se assim como um excelente meio de integrar Política e Educação, com êxito na interação entre ambiente social e universitário e com a capacidade de ganho para ambos, na produção de conhecimento.

Conclusão

O presente trabalho evidenciou o artifício da educação política como meio de combater as adversidades provenientes da alienação política, da desesperança em relação à conjuntura política brasileira e da falsa concepção de que existem poucos incentivos à participação política. Prezou-se pela desmitificação da visão deturpada da política como algo distante ou isolado da vida juvenil, bem como a desconstrução da ideia equivocada de que existem, no Brasil, poucos recursos e instrumentos à disposição de crianças e adolescentes para que desenvolvam o seu conhecimento político.

Existem outros canais de participação política além do eleitoral, e esta deve ser constantemente estimulada à população jovem para que tornem-se agentes sociais e políticos conscientes, responsáveis e instruídos. A vivência de uma experiência embasada em um programa ou projeto sociopolítico pode ser gratificante e enriquecedora para a construção do pensamento crítico e capacidade de argumentação, devido à metodologia lúdica/dinâmica intrínseca a essas atividades. Assim, abordou-se como é possível a inserção do tema da política em atividades escolares, salientando a existência de métodos e materiais que cumprem esse objetivo.

Para compreender de forma satisfatória a condição do ensino da política, é preciso também estudar o cotidiano das instituições educacionais e como este ensino está sendo observado e aplicado pelos educadores dentro de sala de aula. É interessante analisar a educação a partir de uma perspectiva fundamentada numa visão que vem de dentro do ambiente escolar, e isso foi possível graças à realização das pesquisas de campo que a monografia apresentou. A visão do educador em meio à sua realidade no espaço de trabalho é essencial para incrementar o estudo da condição do ensino da política.

A pesquisa exploratória prezou pela liberdade de fala dos entrevistados, pela exposição de aprovações e críticas que estes carregam consigo no que diz respeito à transmissão de conhecimento político aos estudantes. Dentre as críticas, uma melhoria na comunicação entre os professores, maior interdisciplinaridade, maior aplicabilidade de atividades de viés político e maior estímulo aos alunos para caminharem em busca da elaboração de suas próprias opiniões políticas – para não mais atuarem como caixa de ressonância das convicções de seus pais – são algumas

das aparentes reivindicações dos entrevistados para a conquista de uma população estudantil mais democrática.

Referências Bibliográficas

ANDES-SN. **Conselho Nacional dos Direitos Humanos repudia ‘Escola sem Partido’**. 1 de set. 2017. Acesso em: 6 de out. 2018.

BENITES, Afonso. “Os políticos aparecem e depois somem. Para que vamos nos envolver com isso?” **El País**, 15 de ago. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/14/politica/1534204536_005608.html> Acesso em: 28 de nov. 2018.

BRASIL. Câmara, **Substitutivo ao Projeto de Lei n. 7.180**, 2014.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de jan. 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF, jan. 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.133, de 14 de jul. 2005**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, DF, jul. 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.988, de 27 de jul. 2009**. Cria a Semana de Educação para a Vida, Brasília, DF, jul. 2009.

BRASIL. **Lei n. 12.633, de 14 de maio de 2012**. Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental, Brasília, DF, maio 2012.

CAMPOREZ, Patrik. Eleitorado tem crescimento de 3% e 147,3 milhões estão aptos a votar em 2018. **O Globo**, 1 de out. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleitorado-tem-crescimento-de-3-1473-milhoes-estao-aptos-votar-em-2018-22939235>> Acesso em: 28 de nov. 2018.

CAMPOS, Ana Cristina. Ensino básico tem 73,5% dos alunos em escolas públicas, diz IBGE. **Agência Brasil**, 21 de dez. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-12/ensino-basico-tem-735-dos-alunos-em-escolas-publicas-diz-ibge>> Acesso em: 19 de set. 2018.

CLUBE ONLINE. **YouTube Insights**. 25 de jul. 2017. Disponível em: <<http://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/youtube-insights/>> Acesso em 4 de out. 2018.

E EU C/ ISSO. **O Sistema Político Brasileiro**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/eucomisso1>> Acesso em: 17 de out. 2018.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Livro reúne artigos sobre o Escola sem Partido**. 27 de out. 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/agenda/livro-reune-artigos-contra-escola-sem-partido/>> Acesso em: 7 de out. 2018.

ESCOLA INTEGRADA. Projetos Educacionais Importância e Benefícios. **Wiki Jornal**, 12 de mar. 2012. Disponível em: <http://www.wikijornal.com/jornalparaaescola/Artigo.asp?id=13068&d=projetos_educacionais_importancia_e_beneficios> Acesso em 30 de ago. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Educação sem doutrinação**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>> Acesso em: 6 de out. 2018.

FORTUNA, Deborah. MEC divulga dados do Censo Escolar da educação básica. **Correio Brasiliense**, 1 de fev. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2018/01/31/ensino_educacaobasica_interna,656887/mec-divulga-pesquisa-sobre-censo-escolar-da-educacao-basica.shtml> Acesso em: 19 de set. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária; Um ator social em construção**, 2001. Ilhéus, Editus.

MATUOKA, Ingrid. Por que o Escola Sem Partido vai contra o papel da escola. **Educação Integral**, 24 de maio de 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contra-o-papel-da-escola/>> Acesso em: 7 de out. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Turminha do MPF**. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/>> Acesso em: 17 de out. 2018.

MONTEIRO, Tatiara. **“Política na Escola”: Extensão Universitária e Aprendizado de Política (2003-2005)**. 2007. Monografia (Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MORENO, A. C.; COSTA, F. Nº de eleitores jovens cai por desilusão com política e falta de identificação com os partidos, avaliam especialistas. **Globo – G1**, 16 de ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/16/no-de-eleitores-jovens-cai-por-desilusao-com-politica-e-falta-de-identificacao-com-os-partidos-avaliam-especialistas.ghtml>> Acesso em 28 de nov. 2018.

PLENARINHO. Câmara dos Deputados. **Câmara Mirim**. Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/index.php/camara-mirim/>> Acesso em: 4 de out. 2018.

POLÍTICA SEM MISTÉRIOS. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/politicasemmisterios>> Acesso em: 17 de out. 2018.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Sobre o PCESP**. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/sobre/>> Acesso em: 6 de out. 2018.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei n. 2.974/2014**. Cria, no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>> Acesso em: 7 de out. 2018.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n. 867/2014**. Cria, no âmbito do sistema de ensino do município, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>> Acesso em: 7 de out. 2018.

RODRIGUES, André et al. **Quem Manda Aqui?** Um livro sobre política para crianças. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015. Reimpressão: 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>> Acesso em: 13 set 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Catálogo: Programas e Projetos 2018**. Brasília,DF, 2018. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/catalogo_prog_e_proj_2018.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Calendário Escolar 2019**. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/calendario-escolar-2019>> Acesso em: 10 de nov. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Programas e Projetos**. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/programas-e-projetos-2/>> Acesso em: 10 de nov. 2018.

SILVA, Inez Geralda da. Alienação Política. **DireitoNet**, 16 de fev. 2016. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2442/Alienacao-politica>> Acesso em 19 de set. 2018.

SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SECUNDARISTAS. **Sinus**, 2018. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2015/>> Acesso em; 17 de out. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **#PartiuMudar: O Projeto**, 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/partiumudar/projeto/>> Acesso em: 28 de nov. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Jovem Eleitor: interesse político e voto valorizam cidadania**. 23 de out. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Outubro/jovem-eleitor-interesse-politico-e-voto-valorizam-cidadania>> Acesso em: 28 de nov. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana do Jovem Eleitor vai até o dia 10 de novembro**. 6 de nov. 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Novembro/semana-do-jovem-eleitor-vai-ate-o-dia-10-de-novembro>> Acesso em: 28 de nov. 2018.

ZINET, Caio. Polêmico, projeto do Escola Sem Partido tramita em 5 estados, 8 capitais e DF. **Educação Integral**, 5 de jul. 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/polemico-projeto-do-escola-sem-partido-tramita-em-10-estados-9-capitais-df/>> Acesso em: 7 de out. 2018.